



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL

3º ANO DIURNO – *Contratos Especiais*

JOGO E APOSTA

CASO

Maria, Ana e Paula são amigas, que cultivam o hábito de jogar cartas sempre que se encontram. Um dia, resolvem apostar uma determinada quantia, que seria atribuída à ganhadora. Considere, então, as seguintes hipóteses isoladamente:

- a) Considere que Maria foi a vencedora. Exige, então, que Ana e Paula assinem cheques, em seu favor, atribuindo-lhe a quantia total de R\$ 2.000,00. Maria, então, endossa o cheque a Flávio, locador do seu imóvel, que nada sabe a respeito da aposta com o objetivo de pagar o seu aluguel. Flávio, por sua vez, cobra os cheques de Ana e Paula. Ficam elas obrigadas ao pagamento ou há alguma defesa de que possam utilizar?
- b) Considere que Maria, durante o jogo, percebe que está num dilema: caso descarte a carta que mais lhe convém descartar, dará vitória à Ana. Como Ana e Maria estão brigadas, Maria então descarta uma outra carta, o que lhe prejudica mais no jogo, atribuindo a vitória à Paula. Ana percebe a manipulação do jogo e quer exigir uma indenização pela falta de obediência às regras do jogo. Maria, por sua vez, argui que se trata de dívida de jogo e, como tal, não poderia ser cobrada. A quem assiste razão?
- c) Considere que Maria foi a vencedora, de forma que tanto Ana como Paula devem pagar-lhe (cada uma!) R\$ 1.000,00. Ana, no entanto, lembra-se que emprestara exatamente R\$ 1.000,00 a Maria no ano passado, valor que ainda não lhe fora devolvido. É possível que ela compense o crédito com o débito?
- d) Considere que, em vez de jogar cartas, as amigas apostaram no jogo do bicho. Nesta hipótese, caso tenham realizado algum pagamento em razão do jogo, é possível que peçam a repetição?
- e) Considere que, em vez de jogar cartas, as amigas foram a um bingo nos Estados Unidos, onde a atividade é lícita. Perderam todos os jogos e, ao sair do estabelecimento, assinaram alguns títulos de crédito com os valores das dívidas. Logo depois, voltam para o Brasil. Imagine que a casa de jogos ajuíze ação no Brasil para cobrá-las. É possível que se defendam com base na inexigibilidade dos valores?